TRABALHO DOCENTE: ENGAJAMENTO E DICOTOMIA NAS COMUNIDADES RURAIS DO BAIXO AMAZONAS – MUNICÍPIO DE JURUTI-PA

Maria do Carmo da S Dias – UFPA/UFMG
mcsdias@yahoo.com.br
Denise Maria Maia – UFPR/UFMG
ddmmaia@uol.com.br

No contexto do tema deste evento, Novas Regulações na América Latina, parece oportuno trazer para o debate algumas especificidades do trabalho docente por compreender que se a escola é parte integrante do mundo moderno, professores e alunos estão submetidos à condições reais de vida e de trabalho concreto que são construídas historicamente de maneira desigual. Compreendemos que os fatores que conformam as desigualdades podem ser de diversas ordens, quais sejam: geográficos ambientais, econômicos, políticos, sociais e educacionais. Esses fatores por sua vez também motivam formas de organização das pessoas que compreendem as resistências e lutas pela transformação das suas condições desfavoráveis. Por parte desses atores sociais envolvidos, que ao mesmo tempo moldam o seu ser e o seu fazer, verificamos formas particulares de interação e criação do seu viver. Assim é que, a partir da experiência iniciada, transformada e pouco concluída, os professores das séries iniciais do Ensino Fundamental nas comunidades rurais do Baixo Amazonas desenvolvem suas atividades de alfabetização e de luta pela terra. Experiência especialmente acrescida do componente histórico cultural do próprio habitat e das suas raízes que fortalecem o seu estado natural.

As mudanças verificadas no mundo do trabalho dizem respeito ao poder da ciência e da tecnologia colocados a serviço da produção, ao poder da mídia, à organização em rede e à reconfiguração do papel do Estado. Esse, empenhado em oferecer respostas apaziguadoras às distensões sociais provocadas pelas mudanças nas formas de coesão social, num contexto de fragilidade de um modelo de sociedade onde o emprego e o salário perduram como elemento de coesão social (CASTEL, 1998). Isso implica em perceber que está em curso por parte do Estado, das

organizações da Sociedade Civil e das empresas, o esforço de forjar um modelo de sociedade com base não emprego; gravita em torno da fomentação de um *grande consenso social* cuja base de sustentação é o desenvolvimento local, territorial, sustentável e solidário, resguardadas as reais diferenças e concepções sócio-políticas, que movem o fazer de cada um.

As transformações no mercado de trabalho das últimas décadas e em especial do desemprego de grande parte da população brasileira suscita preocupações com a geração de trabalho e renda. Novas possibilidades alternativas de relações trabalhistas baseadas na autogestão passam a ser incluídas nas agendas de inúmeras entidades, organizações governamentais e não-governamentais.

Qual o lugar da educação nesse contexto? E ainda, se essa realidade tem implicações no mundo do trabalho, como ela altera o trabalho docente e quais as especificidades dessas alterações, no que se refere ao Oeste da Amazônia brasileira, no Estado do Pará, na Mezorregião do Baixo Amazonas?

Resumidamente, essas transformações foram traduzidas do ponto de vista da educação em reformas educacionais, as quais "têm resultado na intensificação do trabalho docente, ampliação do seu raio de ação e conseqüentemente, em maiores desgastes e insatisfação por parte desses trabalhadores" (OLIVEIRA, 2004, p. 1127). Juntam-se esses atores, para *reabrir* a discussão de um novo modelo, que a partir das idéias originais possam compatibilizar instituições para padrões de repostas demandada pelo meio ambiente. A produção do conhecimento não cabe em uma só instituição; por isso devemos considerar o caráter disfuncional da submissão da comunidade à pauta educacional, ditada pelas profissões regulamentadas no Brasil. É bem verdade que as reformas educacionais não são frutos do acaso, elas decorrem em grande medida dos ajustes necessários do ponto de vista do capital para adequar a mão de obra às demandas do mercado. No cerne da discussão está o que se entende por educação, o papel do docente e do discente no seu contexto particular.

Nos anos 60 as reformas educacionais foram no sentido de atender ao modo de produção fordista e aos ideários do nacional desenvolvimentismo. A educação era elemento de mobilidade social,

portanto de redução das desigualdades. Nos anos 90, a educação tem como eixo a eqüidade social, o que tem sérias implicações na organização e na gestão da educação pública, cabendo à educação formar para a empregabilidade. Os textos das políticas sociais, dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, deixam claro outras atribuições relativas à educação: a de promover a inclusão social e o empoderamento. Significa dizer que a educação entendida no sentido lato, prepara os trabalhadores que se encontram fora do mercado de trabalho para desempenharem formas de geração de trabalho e renda, tanto individual como coletiva. A educação mencionada se refere tanto à educação institucional formal como à institucional não formal, onde estão inclusos os cursos de capacitação e qualificação. Sobre a política de inclusão, dizem que a falta do investimento necessário traz como perigo a inclusão de segunda qualidade; ressalta-se também que a flexibilização não deve ser desacompanhada de qualidade. O Brasil é um país federativo, com um sistema Nacional de Educação que só pode ser viável se Estados e Municípios abrirem mão de sua autonomia, ou por imposição, ou através de um pacto federativo.

Em relação ao acesso à escola, poder-se-ia empregar inovações mais significativas e estimulantes. Argumenta-se, também, que o estudante não estaria pronto para entrar no mercado de trabalho, sobretudo em determinados setores que requerem de competências mais especificas. Mas o sentido conferido á educação básica é exatamente oferecer ao mercado um profissional mais generalista, cuja maior especialização seja efetuada na própria atividade de trabalho.

Conforme TARDIF e LESSARD (2005), o trabalho do docente tem características peculiares que o distingue de outras formas de trabalho; possui formas próprias de interação que caracterizam o dia-a-dia do trabalho no interior da escola. De acordo com esses autores, o professor não é apenas o "agente", ele é também o "ator" da "instituição chamada escola". Como ator, ele atribui significado aos seus atos, o qual é fruto do pensar e persegue objetivos previamente definidos. Ele vivencia no seu dia-a-dia, as experiências da sua função como algo pessoal. Isso porque o trabalho docente não consiste apenas em cumprir ou executar. O exercício

dessa profissão se dá em meio à interação com outras pessoas: os alunos, os colegas, os pais, os diretores da escola etc. (idem, p.38).

O trabalho docente comporta aspectos formais, codificados e rotineiros, incertezas, imprevistos, insegurança e medo com relação a "irredutabilidade dos indivíduos frente as regras gerais, aos esquemas globais, às rotinas coletivas", uma vez que o trabalho docente não se limita às atividades clássicas e às relações com os alunos, ela é marcada pela interação humana, pouco formalizada e difícil de controlar (TARDIF e LESSARD (2005, p.40 - 45). As transformações nas formas de coesão social implicam, do ponto de vista do trabalho docente, modificações nas condições de trabalho, na formação profissional, na insatisfação do público e da classe política diante da escola, e afeta o lugar dos professores que se sentem desvalorizados e pouco reconhecidos (idem, p.41).

Como essas transformações são vivenciadas por docentes onde a dinâmica dessas transformações ocorre em uma realidade onde as escolas ficam localizadas em comunidades rurais, sem energia elétrica, água potável, livros didáticos, distante entre 12 e 24 horas da sede do município, no qual o professor é, ao mesmo tempo, diretor, secretário, orientador educacional etc.? Como é o trabalho docente nessa realidade? Como esse docente se insere na comunidade e como conjuga o exercício da sua profissão com as outras questões das comunidades?

A Mesorregião do Baixo Amazonas e a realidade do Município de Juruti no Estado do Pará

As políticas de desenvolvimento para a Amazônia têm transformado profundamente a estrutura econômica, social, demográfica e ecológica da região. É possível afirmar que a configuração sócio-econômico e ambiental tem sido produzida pela dinâmica do capitalismo na região.

Os homens, historicamente se formam por meio do processo de socialização, pela maneira como interagem com a natureza na produção de sua existência. Assim a ação dos homens, no mundo, é repleta de valores, éticos, morais, tecnológicos, religiosos, filosóficos, etc.

A história recente das relações do trabalho no Estado do Pará, e particularmente do Baixo Amazonas, é a história de um modelo de desenvolvimento que comunga tecnologia de ponta articulada ao grande capital mundial e de trabalhadores rurais (agricultores familiares) que desenvolvem uma agricultura de subsistência, voltada para o mercado externo.

Emílio MORAM (1990, p. 123), na obra *A ecologia humana das populações Amazônicas,* mostra que nos trópicos úmidos é onde se encontra a maior diversidade biológica e a maior quantidade de terra não cultivada. Caracteriza-se pela "diversidade, complexidade e vigorosa sucessão secundária" que oferece oportunidades e limitações.

A diversidade a ser preservada refere-se à variedade de pragas destruidoras que podem se constituir em ameaça á vida animal e vegetal. A diversidade de plantas e animais da qual a humanidade pode lançar mão a seu favor e com as quais os povos da região interagem há gerações, promovendo saberes e conhecimentos que lhes permite uma convivência com o meio ambiente.

Segundo MORAM (1990), o problema das pragas e do clima desfavorável são aqueles que acham solução na técnica de corte e queimada utilizado para preparação do solo para a agricultura. Com a técnica das queimadas e da diversificação das culturas (nas roças) eles realizam o controle das pragas e amenizam os problemas decorrentes da pobreza do solo, assim como o abandono das roças, forma possibilita o descanso da terra.

As populações locais utilizam os saberes acumulados há gerações para curar doenças, a exemplo entre tantos do óleo de copaíba, de poder antiinflamatório. Lançam mão da coleta de frutos e da caça para ajudar na renda da família e prover as necessidades básicas com a comercialização do excedente.

É oportuno chamar atenção para a sustentabilidade da biodiversidade e para a lei de propriedade intelectual. Adequado é também chamar atenção para o trabalho desenvolvido pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) na região, muitas delas engajadas nas lutas pela preservação ambiental e pela melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Tendo em vista a diversidade Amazônica, questiona-se como esses valores culturais podem ser preservados? Como eles podem estar presentes no cotidiano das escolas, fazendo parte, interagindo com outras formas de conhecimento? Que condições de trabalho, formação e compromisso político dispõem os poderes constituídos para que as escolas se transformem num espaço de pesquisa, de experimentação e de registro dos saberes dos povos da região?

Com essas questões de preâmbulo se pretende chamar atenção para a diversidade e as particularidades pelas quais os povos da Amazônia interagem com o meio ambiente, como produzem e reproduzem a sua sobrevivência e como essas relações podem ter implicações no trabalho docente.

Notas sobre o desenvolvimento da Amazônia e a configuração de versificação da realidade do trabalho

A Bacia Amazônica é composta de 89% de terra firme, formada por florestas pluviais, florestas decaídas, savanas, montanhosas e 2% de várzeas. O clima é um fator preponderante na região pelos altos índices pluviométricos. A floresta amazônica é a maior floresta tropical úmida do mundo. Existe grande variedade de solo na Amazônia, mas predomina os solos pobres e ácidos. Por essa razão as populações locais lançam mão do corte, da queima e da policultura em seguida; as áreas de cultivo são desprezadas por anos, dessa forma a vegetação se recupera novamente a terra pode voltar a ser utilizada.

O ecossistema amazônico é muito variado e

> pode ser conceituado como um conjunto de componentes vivos (dimensões biótica) e não vivos (dimensões abióticas) em um ambiente, o que implica relações estruturais e funcionais entre elas, sendo o homem (componente biótico) o único que possui consciência dessa relação. Dito de outro modo, o ecossistema é extensão geral do ambiente onde ocorre a adaptação humana (.....) dada

> população humana, num sistema específico, apresenta respostas às influencias constrangedoras e coercitivas ambientais passadas e presentes. (p. 45)

A partir da ótica dos ciclos econômicos se percebe como suas fases distintas marcaram a expansão do capitalismo na Amazônia. As fases distintas tiveram início com a presença européia na região e posteriormente com o Estado como promotor de projetos de desenvolvimento, particularmente a partir de 1970. O povoamento da Amazônia foi feito por meio de ciclos *devassadores* de acordo com a expansão do capitalismo mundial. (Becker, 1997).

A presença da civilização européia nos Trópicos amazônicos promoveu a mistura de raças e o extermínio dos nativos. O processo de posse e exploração deu-se pela malha hídrica, com a formação de vilas pelas margens do Rio Amazonas. O processo de exploração/ocupação/destruição teve início com as Drogas do Sertão (essências, resinas, cascas,) que eram utilizadas em condimentos e fabricação de remédios na Europa, seguido do ciclo da Borracha, para a extração de látex (1898 à 1912). De 1920 à 1960 ocorrem as frentes pioneiras agropecuárias espontâneas oriundas do nordeste.

A partir de 1964 a ocupação da Amazônia se tornou prioridade para o governo brasileiro, sob a doutrina da segurança nacional e como prioridade geopolítica interna e externa: a) interna, para diluir a tensão social do Nordeste e para manter o crescimento do Sudeste, como possibilidade de novos investimentos, recursos e mercados e b) externa, para isolar a região de possíveis focos revolucionários e "assegurar a presença do Brasil na exploração dos recursos da Amazônia sul-americana" (Becker, 1997, p. 13).

A partir de 1970 o Estado pôs em prática outra estratégia para a Amazônia, com o propósito de reduzir despesas públicas, aumentar exportação e desenvolver tecnologia. Para isso o governo incentivou os grandes projetos: Projeto Grande Carajás (PGC) e o Projeto Calha Norte (PCN). Outra medida foi o subsidio ao fluxo de capital e indução de fluxos migratórios. O que implicou na migração de capitais do Sudeste e do exterior para a região sobre tudo por meio do Banco da Amazônia (BASA) e

mecanismos de incentivo à migração objetivando a formação de mão-de-obra. (idem, p. 19).

> Em síntese, a discussão sobre as ações do Estado acompanha esse caminho de integração do mercado do ponto de vista da implementação de políticas macro, a exemplo das opções tomadas com os grandes projeto para a Amazônia nas décadas de 70 e 80, em especial a construção de grandes eixos rodoviários – Transamazônica e Perimetral Norte – os programas de colonização, o Polamazônia, os Grandes Projetos industriais e hidrelétricos – Projeto Ferro Carajás, ALBRÁS, ALUMAR, Mineração Rio do Norte,Usina de Tucurui e Balbina. (....) agora, são novos patamares de desafios que se colocam a um projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro (Castro, 2001, p. 9).

As ações planejadas do Estado geraram impactos econômicos, sociais e ambientais. O governo procura minimizar efeitos negativos desses impactos por meio de outras ações planejadas. As referidas intervenções também giram em torno do desenvolvimento local, territorial e sustentável, por meio da parceria, da relação público-privado e da solidariedade.

Características do Baixo Amazonas - o município de Juruti

A mesorregião do Baixo Amazonas é composta pelos seguintes municípios: Alenquer, Almerim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Porto de Mós, Prainha, Santarém e Terra Santa. Essa região possui uma população de 638.320 habitantes, caracterizada pela baixa escolaridade, elevado número de analfabetos, baixa densidade demográfica. Sua economia artesanal e extrativista está baseada na monocultura da mandioca, no extrativismo vegetal e na pesca artesanal (IBGE, 2000).

O município de Juruti possui uma população estimada em 31.198 habitantes, com as seguintes características: é predominantemente rural, 65,4% vive no meio rural e 34,6% no meio urbano; é jovem, 72,4% encontra-se na faixa etária de zero a 29 anos de idade; a base econômica é a agricultura familiar e a pesca artesanal; 86% da população é analfabeta; 39% dos habitantes possuem renda inferior a um salário mínimo e 41% declaram-se sem rendimento (IBGE/2000). Chama também a atenção pela baixíssima densidade demográfica.

A população está dividida em população de terra firme, assim caracterizada devido ao acesso ser por terra (estradas), e, população ribeirinha, situada à margem dos lagos Paranás e do próprio Rio Amazonas.

As comunidades possuem Centros Comunitários e expressiva maioria dos moradores é filiada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Chama atenção a presença da Associação de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas (AMT-BAM).

As atividades da zona urbana geram escassos empregos para absorver as necessidades de postos de trabalho da população local em idade ativa, tanto para os homens quanto para as mulheres. Os empregos oferecidos pelo poder público ou pelo comércio local são insuficientes para atender às demandas da população, de forma que esta também sobrevive da agricultura, da pesca, da extração de produtos florestais e da pecuária de pequeno porte.

A produção da farinha de mandioca e do pescado é comercializada por meio de atravessadores, pessoas que adquirem a produção para revendê-la. Os preços consequentemente são estabelecidos por esses compradores que levam seus produtos para o consumo final.

Os meios de transportes marítimos utilizados são os barcos de pequeno e médio porte, canoas e *rabetas* e, os terrestres, são as bicicleta, as motos e os carros embora na maioria das vezes o deslocamento se faça a pé. Os meios de transporte são insuficientes, deficitários e onerosos para a população frente ao seu baixo poder aquisitivo.

As condições de ensino nas comunidades rurais de Juruti

Escolhemos duas destas comunidades como foco deste trabalho, por serem estas de mais fácil acesso e por já havermos mantido com estas uma convivência prévia. Estão localizadas à margem do Lago Juruti Velho, são elas:

a) Comunidade da Maravilha: nela residem 33 famílias, com um total de 238 pessoas, a maioria crianças e adolescentes. Essa comunidade possui duas escolas, do jardim à 6ª, série do Ensino Fundamental, conta com quatro professores;

b) Prudente: com 18 famílias e 129 pessoas; possui uma escola, de 1ª. à 4ª. Série, e funciona num Centro Comunitário, conta com apenas um professor;

O ponto comum dessas escolas é:

a) a insalubridade, a estrutura física das salas de aulas (baixas, cobertas de telhas de *Brasilit*) que não condizem com o clima tropical, chegando a ser insuportável permanecer nesses espaços nos horários de sol mais forte;

b) a falta de material didático: as escolas não possuem biblioteca, os livros para consulta são os dos próprios alunos (que são distribuídos pelo Ministério da Educação e Cultura);

c) as escolas não possuem energia elétrica, fossas assépticas, água potável e dificilmente (poucas vezes por ano) recebem merenda escolar.

Destaca-se que a região tem passado por grandes transformações no atual estágio de desenvolvimento capitalista, dada a atividade da exploração madeireira, da plantação de soja e da exploração mineral, o que altera a vida dos povos da região não só pela ocupação das terras e pelos conflitos gerados, mas, também, pela presença de outras formas de vida. O uso de tecnologias mais sofisticadas provoca novas formas de luta bem como a reivindicação de acesso a conhecimentos, uma vez que as riquezas naturais são retiradas deixando poucos benefícios para as populações locais. Situações como a descrita nos aproxima das grandes questões levantadas por Gilberto DUPAS (2006): como podem os paises mais pobres participarem da corrida científico-tecnológica adicionando valor e não apenas contribuindo para a acumulação alheia? Como manter perspectiva crítica e inovadora sem simplesmente fornecer mão-de-obra ajustada aos novos padrões tecnológicos gerados? Como aproveitar a riqueza do

conhecimento original dos poucos indígenas, que deixamos sobreviver? Para esse autor, os sinais de alerta nas condições ambientais e de vida digna, de acesso a bens essenciais como saúde pública, estão por toda parte.

Trabalho docente: uma jornada de sacrifícios

As exigências do cotidiano em muitos casos impõem grandes complicadores, dificultando muito o cotidiano docente. Tais complicadores podem ir desde as condições físicas de trabalho, como as condições das salas de aula, dos laboratórios, até às mais psíquicas, em termos das condições do alunado, da interação com os colegas, com os dirigentes, etc. Temos, assim, a tarefa prescrita, por um lado e, a tarefa real por outro. (DUTRA, 2000). Transpor essa situação para lugares remotos da Amazônia com todas as dificuldades adicionais de acesso obviamente ampliam as dimensões da precariedade das condições de trabalho.

> A situação objetiva para o exercício da atividade profissional do magistério caracterizada por condições de trabalho precárias e remuneração em processo de desvalorização constante, somava-se a uma estrutura de carreira que, na maioria dos casos, não estimulava a profissionalização e a melhoria do desempenho. Essa realidade concorria para um processo de acomodação e apatia de parcela do magistério, de resto fenômeno comum a grande parte dos servidores.
> Para reverter esse quadro e construir a educação pública de qualidade para todos, é necessário concretizar o princípio constitucional de valorização do magistério. Essa valorização pressupõe a elevação dos padrões de remuneração dos profissionais da educação, de forma integrada com a elaboração de planos que, com base em uma nova concepção de carreira, articulem profissionalização do magistério com melhoria de qualidade da escola pública brasileira. (ibid., p.26)

O trabalho docente nessa região tem algumas características, muito peculiares, a saber:

a) Os professores acumulam mais de uma função, uma vez que mantém o trabalho de roça, caça e pesca como forma de suprir os baixos salários;

b) Acumulam as funções de professor, diretor, secretário etc., uma vez que as escolas não dispõem desses profissionais;

c) Estão engajados nas lutas da comunidade, fazem parte da associação de moradores e das organizações produtivas;

d) Trabalho em condições insalubres, dada a temperatura das escolas, a falta de água potável, banheiros, etc.;

e) Custeiam as suas viagens de trabalho, as quais são feitas em *rabetas* ou barcos motorizados os quis não contém equipamentos de segurança;

f) Sofrem perseguições dos prefeitos que aos serem eleitos, transferem para lugares distantes aqueles que não o apoiaram;

g) Os salários frequentemente atrasam, por meses;

h) Não dispõe de material didático, os adquirem com os recursos dos seus próprios salários;

i) Contam com o reconhecimento da comunidade e sempre são requisitados para as campanhas ou outros trabalhos sociais;

j) Não dispõe de formação técnico-metodológica para levar para a escola as discussões das questões sociais, seguem os conteúdos programáticos apresentados nos livros do MEC;

k) Não conta com apoio para superar a dificuldade de acesso às informações.

Busca-se, na região, estimular novas práticas, mais flexíveis, mas também menos imediatistas e quantitativas, visando produzir o que necessita ser mais valorizado nessa profissão, inclusive assumindo mais fortemente a importância social de seu trabalho. Portanto, o professor pode ser menos temeroso da sua avaliação pela sociedade. Afinal, seu papel é muito mais do que transmitir conhecimentos, é, principalmente, estabelecer novas relações, cognitivas e interativas, que se estabeleçam ao longo de todo o processo educacional no seio da sociedade.

Por outro lado, a sociedade também reconhece concretamente o imenso valor que este profissional tem para todo o seu desenvolvimento. É o docente a célula *mater* de todas as profissões. É o útero que gesta o conhecimento utilizado por trabalhadores que transformam a sociedade e sua história.

Assim, o trabalho docente que apresenta tanta complexidade na atualidade em função das transformações de sua natureza e definição, adquire, na região do Amazonas, um caráter ainda mais exacerbado dessa característica, sobretudo em função das suas condições de trabalho e das demandas e requerimentos da comunidade externa. Entretanto, esse é um tema que exige estudos mais aprofundados da realidade do trabalho desses professores.

Bibliografia

APPLE, Michael W. Trabalho Docente e Textos: *Economia Política das Relações de Classe e de Gênero em Educação.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário.* Petrópolis. Vozes, 1998.

DUPAS, Gilberto. *O Mito do Progresso; ou o progresso como ideologia*.São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DUTRA Júnior, Adhemar F. [et. Al.]. *Plano de carreira e remuneração do magistério público*: LDB, FUNDEF, Diretrizes Nacionais e nova concepção de carreira. Brasília: MEC, FUNDESCOLA, 2000.

OLIVEIRA, Dalila. *Reestruturação produtiva e Trabalho Docente: precarização e flexibilização.* Revista Educação e Sociedade. Campinas. Vol 25, p.1127 – 1144. Set/Dez. 2004.

TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude. *O Trabalho do Docente: Elementos para uma Teoria da Docência como Profissão de Interações Humanas.* Petrópolis. RJ: Vozes, 2005.

VIVERET, Patrick. *Reconsiderar a riqueza*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.